

# FOLHA DE S. PAULO

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 94 ★ SEXTA-FEIRA, 26 DE SETEMBRO DE 2014 ★ Nº 31.222

## Procuradoria veta usina em terra indígena

Cinco projetos hidrelétricos estão parados porque o Ministério Público avalia que índios não estão sendo ouvidos

**Segundo procurador, no licenciamento, o Ibama tem ignorado as informações dadas por comunidades afetadas**

MACHADO DA COSTA  
DE SÃO PAULO

A construção de usinas hidrelétricas no Centro-Oeste e no Norte está ameaçada devido ao empenho do Ministério Público Federal em defender comunidades indígenas que habitam a região.

Ao menos cinco empreendimentos, sendo que dois deles são de grande porte, estão parados por causa de liminares obtidas pelo MPF que barram as obras das usinas.

O argumento do MPF é que as comunidades indígenas e tradicionais (tribos que não são classificadas como indígenas) não estão sendo ouvidas apropriadamente durante os processos de licenciamento ambiental.

As licenças ambientais são emitidas pelo Ibama, com a anuência da Funai.

No Pará, são duas grandes hidrelétricas paradas: São

Manoel, no rio Teles Pires, e São Luiz, no rio Tapajós.

Depois de prontas, as duas usinas, juntas, teriam capacidade de geração próxima às do complexo do rio Madeira (RO), Santo Antônio e Jirau.

No Mato Grosso do Sul, três pequenas centrais hidrelétricas, todas na bacia do rio Amambá, estão embargadas.

Luís de Camões Boaventura, procurador que barrou as obras no Pará, diz que os índios estão sendo ouvidos por mera formalidade e que as informações prestadas são não levadas em consideração nos processos de licenciamento.

"Esses procedimentos seguem decisões políticas. Não há uma consulta livre, informada previamente, como parte de um estudo de viabilidade", afirma.

A participação dos índios nos processos de licenciamento é prevista pela Constituição Federal e pela convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário.

O ruído acontece porque essa consulta não é regulamentada. "Existe um solo fértil para interpretações, que não interessa nem aos em-

preendimentos, nem aos índios", diz Cláudio Sales, do Instituto Acende Brasil.

Segundo levantamento feito pelo instituto, existem sete projetos hidrelétricos a serem feitos no Brasil até 2021 —cerca de 82% da geração hidrelétrica prevista para entrar em operação— que interferem em terras consideradas tradicionalmente indígenas.

O embate deve ter reflexo no Congresso Nacional.

A proposta de emenda à Constituição 215/00, chamada de PEC do Índio, pode dar mais poder às comunidades.

Caso o projeto passe no Legislativo, a demarcação de terras indígenas passará a ser feita pelo Senado Federal. O intuito é agilizar o processo, que hoje depende do Ministério da Justiça.

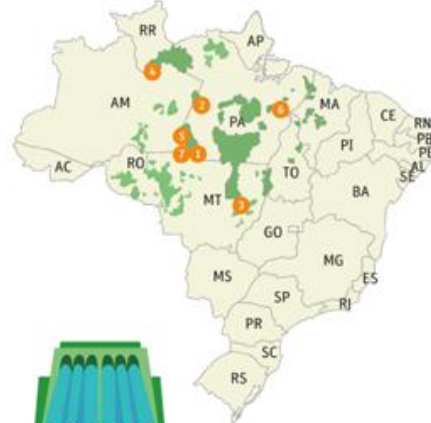
O temor das empreiteiras é que, em terras demarcadas, as comunidades indígenas podem vetar a construção de usinas na região.

O deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), relator da PEC, diz que sua proposta será apresentada em outubro às comissões da Câmara e do Senado, mas que a votação só deve acontecer em 2015.

### ÍNDIOS X HIDRELÉTRICAS

Construção de usinas pode parar por afetar indígenas

Terra indígena Usina hidrelétrica



7 usinas com 16.089 MW de potência devem ser construídas em terras indígenas

82% da capacidade hidrelétrica prevista para entrar em operação até 2021

o que equivale a

#### HIDRELÉTRICAS PARADAS

1 SÃO MANOEL  
ONDE rio Teles Pires (PA/MT)  
CAPACIDADE

2 SÃO LUIZ DO TAPAJÓS  
ONDE rio Tapajós (PA)  
CAPACIDADE 6.133 MW

#### PROJETOS QUE PODEM SER AFETADOS

3 ÁGUA LIMPA  
ONDE rio das Mortes (MT)  
CAPACIDADE 380 MW

4 BEM QUERER  
ONDE rio Branco (AM)  
CAPACIDADE 709 MW

5 SÃO SIMÃO DO ALTO  
ONDE rio Juruena (AM/MT)  
CAPACIDADE 3.509 MW

6 MARABÁ  
ONDE rio Tocantins (PA)  
CAPACIDADE 2.150 MW

7 SALTO AUGUSTO BAIXO  
ONDE rio Juruena (AM/MT)  
CAPACIDADE 1.461 MW

Prazo fev. 2017 Prazo dez. 2018 Prazo jan. 2020 Prazo jul. 2020 Prazo jan. 2021 Prazo fev. 2021 Prazo jul. 2022

Cinco projetos hidrelétricos estão parados porque o Ministério Público avalia que índios não estão sendo ouvidos

Segundo procurador, no licenciamento, o Ibama tem ignorado as informações dadas por comunidades afetadas

A construção de usinas hidrelétricas no Centro-Oeste e no Norte está ameaçada devido ao empenho do Ministério Público Federal em defender comunidades indígenas que habitam a região.

Ao menos cinco empreendimentos, sendo que dois deles são de grande porte, estão parados por causa de liminares obtidas pelo MPF que barram as obras das usinas.

O argumento do MPF é que as comunidades indígenas e tradicionais (tribos que não são classificadas como indígenas) não estão sendo ouvidas apropriadamente durante os processos de licenciamento ambiental.

As licenças ambientais são emitidas pelo Ibama, com a anuência da Funai.

No Pará, são duas grandes hidrelétricas paradas: São Manoel, no rio Teles Pires, e São Luiz, no rio Tapajós.

Depois de prontas, as duas usinas, juntas, teriam capacidade de geração próxima às do complexo do rio Madeira (RO), Santo Antônio e Jirau.

No Mato Grosso do Sul, três pequenas centrais hidrelétricas, todas na bacia do rio Amambai, estão embargadas.

Luís de Camões Boaventura, procurador que barrou as obras no Pará, diz que os índios estão sendo ouvidos por mera formalidade e que as informações prestadas são não levadas em consideração nos processos de licenciamento.

"Esses procedimentos seguem decisões políticas. Não há uma consulta livre, informada previamente, como parte de um estudo de viabilidade", afirma.

A participação dos índios nos processos de licenciamento é prevista pela Constituição Federal e pela convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário. O ruído acontece porque essa consulta não é regulamentada. "Existe um solo fértil para interpretações, que não interessa nem aos empreendimentos, nem aos índios", diz **Claudio Sales**, do **Instituto Acende Brasil**.

Segundo levantamento feito pelo instituto, existem sete projetos hidrelétricos a serem feitos no Brasil até 2021 --cerca de 82% da geração hidrelétrica prevista para entrar em operação-- que interferem em terras consideradas tradicionalmente indígenas.

O embate deve ter reflexo no Congresso Nacional.

A proposta de emenda à Constituição 215/00, chamada de PEC do Índio, pode dar mais poder às comunidades.

Caso o projeto passe no Legislativo, a demarcação de terras indígenas passará a ser feita pelo Senado Federal. O intuito é agilizar o processo, que hoje depende do Ministério da Justiça.

O temor das empreiteiras é que, em terras demarcadas, as comunidades indígenas podem vetar a construção de usinas na região.

O deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), relator da PEC, diz que sua proposta será apresentada em outubro às comissões da Câmara e do Senado, mas que a votação só deve acontecer em 2015.

### Índios x Hidrelétricas

Construção de usinas pode parar por afetar indígenas

7 Usinas com 16.089 MW de potência devem ser construídas, em terras indígenas, o que equivale a 82% da capacidade hidrelétrica prevista para entrar em operação até 2021.

Hidrelétricas paradas:

1. São Manoel: Rio Teles Pires (PA/MT) – Capacidade: - Prazo: fev.2017
2. São Luiz do Tapajós: Rio Tapajós (PA) – Capacidade: 6.133 MW – Prazo: dez. 2018

Projetos que podem ser afetados:

3. Água Limpa: Rio das Mortes (MT)- Capacidade: 380 MW- Prazo: jan.2020
4. Bem Querer: Rio Branco (AM) – Capacidade: 709 MW – Prazo: jul.2020
5. São Simão do Alto: Rio Jurema (AM/MT) – Capacidade: 3.509 MW – Prazo: jan. 2021
6. Marabá: Rio Tocantins (PA) – Capacidade: 2.160 MW – Prazo: fev. 2021
7. Salto Augusto Baixo: Rio Jurema (AM/MT) – Capacidade: 1.461 MW – Prazo: abr. 2021

FONTE: Instituto Acende Brasil.